Parlamento Europeu
2019-2024

Comissão do Controlo Orçamental

2023/2163(DEC)

16.1.2024

PROJETO DE RELATÓRIO

sobre a quitação pela execução do orçamento da Fundação Europeia para a Formação para o exercício de 2022
(2023/2163(DEC))

Comissão do Controlo Orçamental

Relator: Petri Sarvamaa

ÍNDICE

Página

1. PROPOSTA DE DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 3

2. PROPOSTA DE DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 5

3. PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 7

1. PROPOSTA DE DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre a quitação pela execução do orçamento da Fundação Europeia para a Formação para o exercício de 2022
(2023/2163(DEC))

O Parlamento Europeu,

– Atendendo às contas anuais definitivas da Fundação Europeia para a Formação relativas ao exercício de 2022,

– Atendendo ao relatório anual do Tribunal de Contas sobre as agências da UE relativo ao exercício de 2022, acompanhado das respostas das agências[1],

– Atendendo à declaração relativa à fiabilidade das contas e à legalidade e regularidade das operações subjacentes[2], emitida pelo Tribunal de Contas para o exercício de 2022, nos termos do artigo 287.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

– Tendo em conta a Recomendação do Conselho, de ... de fevereiro de 2024, sobre a quitação a dar à Fundação quanto à execução do orçamento para o exercício de 2022 (00000/2024 – C9-0000/2024),

– Tendo em conta o artigo 319.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

– Tendo em conta o Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União, que altera os Regulamentos (UE) n.º 1296/2013, (UE) n.º 1301/2013, (UE) n.º 1303/2013, (UE) n.º 1304/2013, (UE) n.º 1309/2013, (UE) n.º 1316/2013, (UE) n.º 223/2014 e (UE) n.º 283/2014, e a Decisão n.º 541/2014/UE, e revoga o Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012[3], nomeadamente o artigo 70.º,

– Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1339/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, que institui uma Fundação Europeia para a Formação[4], nomeadamente o artigo 17.º,

– Tendo em conta o Regulamento Delegado (UE) 2019/715 da Comissão, de 18 de dezembro de 2018, que institui o regulamento financeiro-quadro dos organismos criados ao abrigo do TFUE e do Tratado Euratom e referidos no artigo 70.º do Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho[5], nomeadamente o artigo 105.º,

– Tendo em conta o artigo 100.º e o anexo V do seu Regimento,

[1] JO C, C/2023/594, 27.10.2023.
[2] JO C, C/2023/112, 12.10.2023.
[3] JO L 193 de 30.7.2018, p. 1.
[4] JO L 354 de 31.12.2008, p. 82.
[5] JO L 122 de 10.5.2019, p. 1.

– Tendo em conta o parecer da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais,

– Tendo em conta o relatório da Comissão do Controlo Orçamental (A9-0000/2024),

1. Dá quitação à Diretora da Fundação Europeia para a Formação pela execução do orçamento da Fundação para o exercício de 2022 / Adia a decisão de dar quitação à Diretora da Fundação Europeia para a Formação pela execução do orçamento da Fundação para o exercício de 2022;

2. Regista as suas observações na resolução que se segue;

3. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente decisão e a resolução que desta constitui parte integrante à Diretora da Fundação Europeia para a Formação, ao Conselho, à Comissão e ao Tribunal de Contas e de prover à respetiva publicação no *Jornal Oficial da União Europeia* (série L).

2. PROPOSTA DE DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre o encerramento das contas da Fundação Europeia para a Formação relativas ao exercício de 2022
(2023/2163(DEC))

O Parlamento Europeu,

– Atendendo às contas anuais definitivas da Fundação Europeia para a Formação relativas ao exercício de 2022,

– Atendendo ao relatório anual do Tribunal de Contas sobre as agências da UE relativo ao exercício de 2022, acompanhado das respostas das agências[1],

– Atendendo à declaração relativa à fiabilidade das contas e à legalidade e regularidade das operações subjacentes[2], emitida pelo Tribunal de Contas para o exercício de 2022, nos termos do artigo 287.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

– Tendo em conta a Recomendação do Conselho, de ... de fevereiro de 2024, sobre a quitação a dar à Fundação quanto à execução do orçamento para o exercício de 2022 (00000/2024 – C9-0000/2024),

– Tendo em conta o artigo 319.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

– Tendo em conta o Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União, que altera os Regulamentos (UE) n.º 1296/2013, (UE) n.º 1301/2013, (UE) n.º 1303/2013, (UE) n.º 1304/2013, (UE) n.º 1309/2013, (UE) n.º 1316/2013, (UE) n.º 223/2014 e (UE) n.º 283/2014, e a Decisão n.º 541/2014/UE, e revoga o Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012[3], nomeadamente o artigo 70.º,

– Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1339/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, que institui uma Fundação Europeia para a Formação[4], nomeadamente o artigo 17.º,

– Tendo em conta o Regulamento Delegado (UE) 2019/715 da Comissão, de 18 de dezembro de 2018, que institui o regulamento financeiro-quadro dos organismos criados ao abrigo do TFUE e do Tratado Euratom e referidos no artigo 70.º do Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho[5], nomeadamente o artigo 105.º,

– Tendo em conta o artigo 100.º e o anexo V do seu Regimento,

[1] JO C, C/2023/594, 27.10.2023.
[2] JO C, C/2023/112, 12.10.2023.
[3] JO L 193 de 30.7.2018, p. 1.
[4] JO L 354 de 31.12.2008, p. 82.
[5] JO L 122 de 10.5.2019, p. 1.

– Tendo em conta o parecer da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais,

– Tendo em conta o relatório da Comissão do Controlo Orçamental (A9-0000/2024),

1. Aprova o encerramento das contas da Fundação Europeia para a Formação para o exercício de 2022 / Adia o encerramento das contas da Fundação Europeia para a Formação para o exercício de 2022;

2. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente decisão à Diretora da Fundação Europeia para a Formação, ao Conselho, à Comissão e ao Tribunal de Contas e de prover à respetiva publicação no *Jornal Oficial da União Europeia* (série L).

3. PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

que contém as observações que constituem parte integrante da decisão sobre a quitação pela execução do orçamento da Fundação Europeia para a Formação para o exercício de 2022
(2023/2163(DEC))

O Parlamento Europeu,

– Tendo em conta a decisão sobre a quitação pela execução do orçamento da Fundação Europeia para a Formação para o exercício de 2022,

– Tendo em conta o artigo 100.º e o anexo V do seu Regimento,

– Tendo em conta o parecer da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais,

– Tendo em conta o relatório da Comissão do Controlo Orçamental (A9-0000/2024),

A. Considerando que, de acordo com o seu mapa de receitas e de despesas[1], o orçamento definitivo da Fundação Europeia para a Formação (a seguir «Fundação») para o exercício de 2022 foi de 25 051 848 EUR, o que representa um aumento de 17,05 % face a 2021; que o orçamento da Fundação provém integralmente do orçamento da União;

B. Considerando que o Tribunal de Contas (a seguir «Tribunal»), no seu relatório sobre as contas anuais da Fundação para o exercício de 2022 (a seguir «relatório do Tribunal»), declarou que obteve garantias razoáveis de que as contas anuais da Fundação são fiáveis e de que as operações subjacentes são lícitas e regulares;

Gestão orçamental e financeira

1. Regista com agrado que os esforços de supervisão orçamental durante o exercício de 2022 resultaram numa elevada taxa de execução orçamental de 99,98 %, o que representa um ligeiro aumento de 0,07 % face a 2021; salienta que a taxa de execução das dotações de pagamento foi de 97,70 %, o que representa um aumento de 11,48 % relativamente ao exercício anterior;

Desempenho

2. Regista com satisfação que a Fundação utiliza um determinado tipo de medidas como indicadores-chave de desempenho (ICD) para avaliar o valor acrescentado das suas atividades e outras medidas para melhorar a sua gestão orçamental;

3. Observa que a Fundação atingiu uma taxa de conclusão das atividades de 93 %, o que constitui um ligeiro decréscimo em relação a 2021, tendo a conclusão atempada sido de 89 %; louva o facto de a Fundação ter alcançado todos os ICD acima ou muito acima das metas fixadas;

[1] JO C 38 de 31.1.2023, p.16.

4. Assinala as principais realizações da Fundação em 2022, que se baseiam em três objetivos estratégicos: relevância e antecipação de competências, desenvolvimento e validação de competências, desempenho e qualidade das políticas de educação e formação; observa que estes objetivos são concretizados pela Fundação no âmbito de três serviços principais: centro de conhecimentos, acompanhamento e avaliação, e aconselhamento estratégico;

5. Toma nota das novas iniciativas lançadas pela Fundação em 2022, nomeadamente, a nova Iniciativa Equipa Europa no sul e no leste do Mediterrâneo e a reunião da rede GLAD (Governance Learning Action and Dialogue); regista o crescimento da sua Rede de Excelência e a realização da conferência em linha ENE, em novembro, que proporcionou aos participantes a oportunidade de partilharem desenvolvimentos e resultados sobre o trabalho da parceria temática;

6. Congratula-se com o facto de as medidas tomadas pela Fundação em resposta a choques, como os efeitos persistentes da pandemia de COVID-19 e a agressão russa na Ucrânia, terem sido bastante eficazes para assegurar um nível contínuo e muito elevado de execução do programa de trabalho anual; louva a iniciativa da Fundação de apoiar a Ucrânia através da plataforma de recursos em linha para o reconhecimento de qualificações, competências e períodos de estudo dos refugiados ucranianos e através de outros meios, e de responder sempre que possível e de forma pertinente, em estreito contacto com diferentes serviços da Comissão Europeia, tirando partido das suas competências especializadas nesta temática e do seu conhecimento dos sistemas de educação e formação do país;

Eficiência e ganhos

7. Observa que, em 2022, a Fundação continuou a identificar oportunidades para introduzir ganhos de eficiência nas suas operações, como a melhoria dos fluxos de trabalho digitais e a participação proativa na rede de agências da UE e nos seus diferentes grupos de trabalho; regista neste contexto, entre outros, a partilha dos serviços de contabilidade da Fundação com a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) através de um acordo de nível de serviço (ANS) assinado em 2022 e a avaliação da possibilidade de partilhar recursos nos domínios do recrutamento, da cibersegurança, do EMAS, da sustentabilidade e da ecologização, da contratação pública e das ferramentas e sistemas informáticos com o CEDEFOP;

8. Observa que a Fundação adotou medidas que incluem os domínios do consumo de energia e da gestão de edifícios, entre as quais figuram, por exemplo, o encerramento dos escritórios em agosto de 2022 e a instalação de sensores para iluminação e água, temporizadores para caldeiras, aquecimento e ar condicionado; regista o aumento dos esforços em matéria de gestão da energia, que conduziu a poupanças de 2 000 metros cúbicos de gás e de 49,107 KwH de eletricidade em 2022, apesar do aumento da presença de pessoal nos gabinetes ao longo do ano, devido às modalidades de trabalho híbridas em vigor;

9. Congratula-se com o compromisso assumido pela Fundação de adotar todos os instrumentos de contratação pública eletrónica da CE e com o facto de o processo de adjudicação de contratos da Fundação estar totalmente digitalizado;

Política de pessoal

10. Observa que, em 31 de dezembro de 2022, o quadro do pessoal estava preenchido a 98,8 %, com 85 funcionários e agentes temporários (AT) nomeados entre 86 AT e funcionários autorizados pelo orçamento da União (86 lugares autorizados em 2021); constata, além disso, que, em 2022, trabalhavam para a Fundação 39 agentes contratuais e um perito nacional destacado;

11. Reitera com preocupação que o equilíbrio geográfico constitui um desafio; observa que 42 % do seu pessoal é nacional do Estado-Membro onde a Fundação está sediada; reconhece que a Fundação utiliza processos de seleção baseados no mérito, de acordo com os quais, verificando-se igualdade de mérito, a escolha deve recair em candidatos cujas nacionalidades estão sub-representadas; insta a Fundação a tomar as medidas necessárias para ter uma representação geográfica equilibrada e justa;

12. Observa que, no respeitante ao equilíbrio de género entre os quadros médios e superiores, em 2021, quatro em cada nove lugares eram ocupados por mulheres; que, no respeitante ao equilíbrio de género entre os membros do conselho de administração, 41 % são homens e 59 % mulheres (11 e 16 membros, respetivamente) e, em termos da totalidade do pessoal, 33 % são homens e 67 % mulheres (41 e 84 membros, respetivamente);

13. Assinala que a Fundação adotou a Carta da Diversidade e da Inclusão em dezembro de 2022; que, em 2022, o pessoal beneficiou de um grande número de medidas destinadas a melhorar o bem-estar no trabalho e que, além disso, foram adotadas novas regras em matéria de tempo de trabalho e de trabalho híbrido que continuam a dar ao pessoal a possibilidade de usufruir de novas formas flexíveis de trabalho;

Contratação pública

14. Regista a observação do Tribunal relativa à adjudicação de um contrato-quadro de um milhão de EUR para serviços de apoio a conteúdos, iniciada em 2021, que foi irregular devido a um desvio em relação às especificações técnicas; constata que os proponentes foram obrigados a apresentar contas encerradas e assinadas que atestassem um volume de negócios de, pelo menos, 250 000 EUR nos dois últimos exercícios (ou seja, 2019 e 2020), a fim de demonstrarem a sua capacidade financeira; observa que o volume de negócios do proponente vencedor em 2019 não tinha atingido o limiar exigido, mas que, no entanto, a Fundação, em vez de rejeitar o proponente, decidiu não rejeitá-lo com base no volume de negócios mais elevado indicado nas contas provisórias de 2021; salienta que o Tribunal conclui que o procedimento de avaliação e o contrato dele resultante são irregulares, bem como todos os pagamentos correspondentes, que, em 2022, ascenderam a 100 100 EUR; toma nota de que, na sequência da observação do Tribunal, a Fundação simplificará a sua metodologia, que continuará a avaliar a fiabilidade financeira dos contratantes, tornando-a, no entanto, mais adaptada à situação financeira atual (pós-pandemia e guerra);

15. Salienta que noutro concurso aberto para serviços de apoio intranacionais, num montante de 4 milhões de EUR, a capacidade financeira e económica dos proponentes devia ser avaliada segundo dois critérios: (1) posição financeira estável, demonstrada por um conjunto de parâmetros, incluindo o lucro líquido positivo; e (2) um volume de negócios anual de, pelo menos, um milhão de EUR nos dois últimos exercícios

financeiros; observa que a Fundação adjudicou o contrato a um consórcio de cinco entidades não comerciais, apesar de nenhum dos membros do consórcio ter declarado quaisquer lucros nos últimos dois anos e, além disso, decidiu ignorar o requisito relativo ao volume de negócios – que o proponente vencedor não cumpriu – por não ser aplicável a entidades não comerciais; salienta que o Tribunal concluiu que a Fundação aplicou os critérios de seleção de forma incorreta e que a capacidade económica e financeira do proponente vencedor não foi demonstrada; constata, além disso, que o procedimento de avaliação e o contrato dele resultante são, por conseguinte, irregulares, bem como todos os pagamentos correspondentes, que, em 2022, corresponderam a 70 500 EUR; observa que o procedimento de contratação em causa visou o desenvolvimento do capital humano na Ásia Central e, na sequência da observação do Tribunal, a Fundação prosseguirá os debates com os serviços competentes da Comissão sobre possíveis métodos alternativos para executar as atividades nos países parceiros e, paralelamente, simplificará a sua metodologia de avaliação financeira de modo a abranger, se for caso disso, o mercado de países terceiros;

16. Recorda a importância, para todos os procedimentos de adjudicação de contratos, de assegurar uma concorrência leal entre os proponentes e de adquirir bens e serviços ao melhor preço, respeitando os princípios da transparência e da boa utilização dos recursos públicos, da proporcionalidade, da igualdade de tratamento e da não discriminação; insta a Fundação a tomar medidas para garantir que, em futuros procedimentos de adjudicação de contratos, sejam plenamente respeitadas as regras aplicáveis que asseguram a transparência, a equidade e a integridade do processo de concurso;

17. Observa que, no final de 2022, a Fundação apenas dispunha de uma decisão aberta do Tribunal sobre o procedimento de contratação de trabalhadores temporários, proferida em 2018, e previamente reconhecida pelo Parlamento no seu relatório de quitação; constata, além disso, que a Fundação abordou esta questão aquando do lançamento do novo contrato-quadro, que deveria ser assinado em 2023;

Prevenção e gestão de conflitos de interesses e transparência

18. Regista que a Fundação publicou todas as declarações de conflito de interesses e os CV dos membros do conselho de administração e dos quadros médios e superiores; observa, além disso, que a Fundação enumera todas as reuniões realizadas pelo seu Diretor e pelas organizações e trabalhadores independentes no seu sítio Web;

19. Observa que a Fundação dispõe de uma estratégia interna antifraude, que é regularmente atualizada, e que pode considerar a possibilidade de complementar essa estratégia com uma secção anticorrupção; observa ainda que está atualmente em preparação o desenvolvimento de uma política em matéria de conflito de interesses;

Controlo interno

20. Congratula-se com o parecer positivo emitido pelo Serviço de Auditoria Interna (SAI) sobre os mecanismos de complementaridade e cooperação entre a Fundação e a Comissão no seu relatório final de auditoria, em dezembro de 2022, sublinhando os conhecimentos especializados do pessoal da Fundação e a criação de um diálogo estruturado bianual para assegurar uma melhor coordenação na preparação das reuniões do Conselho Diretivo; observa, no entanto, que o SAI também chama a atenção para

duas questões muito importantes relativas ao mandato da Fundação e ao acompanhamento dos indicadores, bem como para duas questões importantes relativas ao alinhamento prioritário e à base de dados de pedidos da UE e à melhoria dos procedimentos; reconhece que, em resposta, a Fundação, em colaboração com a DG EMPL, elaborou um plano de ação para dar resposta a estas recomendações, destinado a entrar em vigor em 2023;

Outras observações

21. Regista a atenção dedicada pela Fundação à cibersegurança e aos registos digitais e à gestão de dados, bem como as ações empreendidas para seguir as orientações pertinentes da União, como as melhorias de salvaguarda e os principais testes de penetração dos sítios Web da Fundação; observa, além disso, que, na sequência de uma avaliação dos riscos para a segurança da informação à escala da Fundação realizada em 2021, foi elaborado e acordado um plano de tratamento dos riscos em 2022;

22. Observa que, em 2022, a Fundação manteve a certificação EMAS e a certificação ISO 14001, na sequência de uma auditoria ambiental realizada em março de 2022 (e 2023);

°

° °

23. Remete, em relação a outras observações de natureza horizontal que acompanham a sua decisão sobre a quitação, para a sua Resolução de ...[2] sobre o desempenho, a gestão financeira e o controlo das agências.

[2] Textos adotados, P9_TA(2024)0000.